

9 DEZ 1994

Senado

4 — JORNAL DA TARDE

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Engº Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Leão Serva

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiama Mesquit

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

Os inimigos continuam lá

Mesmo conhecendo de longa data o gosto pelo fisiologismo e o **esprit de corps** reinante nos nossos meios políticos, muitos brasileiros não esperavam que, no meio do clima de alto astral que vai contaminando o País, o Senado tivesse a audácia de aprovar um projeto de lei anistiando o senador Humberto Lucena e beneficiando também 32 outros parlamentares suspeitos de praticar crime eleitoral nas eleições de outubro passado.

Mas os nobres senadores acabam de provar que sua desfaçatez não tem limites. Eles não só aprovaram o projeto de anistia — todos, com a honrosa exceção do senador Eduardo Suplicy — como deixaram na gaveta uma outra saída para Lucena: está pronto para ser votado, se a anistia for rejeitada pela Câmara ou vetada pelo presidente Itamar Franco, um projeto que muda retroativamente a lei eleitoral. O que permitirá que Lucena tome posse no novo mandato e apresente um novo recurso ao Supremo, em 120 dias, criando uma situação de constrangimento para os ministros do STF que já julgaram e condenaram o senador paraibano. E não devemos ter muitas ilusões quanto ao comportamento da Câmara e do próprio presidente Itamar Franco diante do projeto de anistia. Na Câmara, há deputados que se beneficiam dele também, e é aí que o corporativismo costuma funcionar. Quanto ao presidente Itamar Franco, não custa lembrar que ele é velho amigo de Lucena, seu ex-quase-futuro genro, e tem o hábito de colocar o interesse dos amigos acima de quaisquer considerações.

Além de comprovar que o Congresso Nacional atingiu o seu limite de irresponsabilidade e de confirmar que deputados e senadores não têm a menor sintonia com a sociedade brasileira que eles teoricamente devem representar, essas manobras para salvar o mandato do sr. Lucena e de seus companheiros de crime eleitoral mostram as dificuldades que o pre-

sidente eleito irá enfrentar para fazer as mudanças necessárias nas estruturas políticas, administrativas e econômicas do País. Afinal, são essas mesmas estruturas viciadas que garantem a manutenção desse esquema bandalho, do qual o presidente do Senado é um dos símbolos, que terão de aprovar as medidas essenciais à consolidação do Plano Real. E, todos sabemos, quando é para votar leis de interesse da população, como, por exemplo, a lei de propriedade industrial, a lei de concessões de serviços públicos e a lei que limita os gastos do setor público com folhas de pagamento a 60% da arrecadação líquida, nunca há tempo, disposição ou quórum. Esses três projetos, que são essenciais para os planos do governo FHC, estão parados há mais de dois anos no Senado. Para anistiar Lucena, no entanto, a lei tramitou, em regime de urgência urgentíssima, em dois dias, e teve apenas um voto contrário dos 43 senadores presentes à sessão de votação.

Felizmente, pode-se contar com o uso do regimento do Congresso — desta vez a favor do povo, só para variar — para atrasar indefinidamente a votação desse casuísmo vergonhoso, caso fique claro que ele pode vir a ser aprovado. É o que já estão prometendo representantes da parte sã da Câmara Federal. Mas será sempre uma ameaça pendente, que não deixará de ser usada no jogo sujo de pressões que envolverá a luta pela aprovação das reformas de FHC.

Não se espere, portanto, que o presidente eleito vá conseguir sozinho arrancar do Congresso Nacional as reformas que são necessárias para garantir a definitiva derrubada da inflação e o crescimento sustentado da economia. Tudo terá que ser **arrancado a fórceps**. E só a participação da opinião pública nessa briga, com a cobertura total dos órgãos de imprensa, como defendeu há poucos dias o deputado Gustavo Krause, poderá fazer o **país bandalho** trabalhar de acordo com os interesses do **país sério**.